



CATÓLICA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO

---

MESTRADO EM DIREITO

**- O Direito à Greve dos Trabalhadores Temporários –**

por

Rita Mafalda Machado Magalhães

Dissertação orientada pela Mestre Ana  
Teresa Ribeiro, para obtenção do grau de  
Mestre, junto da Escola do Porto da  
Faculdade de Direito da Universidade  
Católica Portuguesa

Porto 2015

---

**- RESUMO -**

---

**Direito à Greve dos Trabalhadores Temporários**

---

A presente dissertação tem por escopo abordar um dos conflitos coletivos de trabalho, sem, todavia, pretender tratar todas as questões que se podem suscitar a este propósito.

Interessou-nos, sobretudo, cotejar o regime do direito à greve dos trabalhadores temporários.

Aproveitar-se-á o ensejo para analisar mais de perto a titularidade e natureza jurídica do direito à greve, com enfoque na querela que opõe aqueles que o vêem como um direito dos sindicatos daqueles que o configuram como um direito dos trabalhadores. Será também abordado, regime jurídico e estrutura quer do direito à greve, quer do trabalho temporário.

Por fim, como o próprio título da dissertação indica, será debatida a possibilidade de reconhecer ao TT o direito de exercer e aderir à greve no seio da EU.

Neste contexto, partilhamos, do entendimento que deverão estes trabalhadores exercer o direito à greve na ETT e/ou na EU, consoante os interesses e motivos em causa.

Quando o trabalhador pretenda insurgir-se contra a violação de normas sobre segurança e higiene no trabalho ou contra o poder de direção, este deverá exercer o direito à greve na EU. Isto porque os fins comuns que se reivindica estão na disponibilidade de satisfação do utilizador, devendo ser este a suportar o risco inerente à greve.

Em suma, se é o utilizador quem pode satisfazer aquelas pretensões é, pois, perante este que a greve dever ser exercida, sob pena de ser desprovida de eficácia.

Esta posição, porém, é de difícil aplicabilidade prática dada a insuficiência do regime jurídico do TT. Encontramo-nos sem regulamentação específica para este direito e, quando recorremos ao regime geral, parte do mesmo não pode ser aplicado, dadas as características do regime do TT. Desta forma, encontramos-nos perante um vazio legal.

Rita Mafalda Machado Magalhães

Porto, 30 de Outubro de 2015